



Anais da Assembleia

Nº 111 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE SETEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 86ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti. À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rosso ni, Severino Félix e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Basílio Zanussi, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Debrandino da Silva, Duílio Genari, José Alves e Nilton Barbosa (08). Achando-se em licença, os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri e Dirceu Manfrinato (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº 1071/91/GS, do Senhor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, esclarecendo sobre o PEDIDO DE INFORMAÇÕES, do Senhor Deputado CARLOS SIMÕES,

que o Programa de Atendimento à Saúde da Mulher, no Posto SUDS da Comendador Araújo, está apenas sendo transferido para uma unidade específica de atendimento à Saúde da Mulher, dotada de recursos próprios e amplos, constituindo tal situação um avanço, em relação ao atendimento que vinha sendo feito no aludido Posto. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob os nºs DTL/SAT/224 e 225/91, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder, os Projetos de Lei nºs 176/91 e 177/91. Ao conhecimento da Casa.

OFÍCIO Nº 196

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, comunica a Vossa Excelência a sua ausência à sessão plenária da presente data, por motivos de saúde.

Sala das Sessões, em 09.09.91.

(a) CLEITON KIELSE

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Resolução nº 044/91, que modifica o artigo 1º da Resolução nº 074/90, de 24 de outubro de 1990.

Sala das Sessões, em 09.09.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2255

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Resolução nº 045/91, que altera a redação do artigo 1º da Resolução nº 004/90, que autorizou a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 09.09.91.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o cancelamento do regime de urgência e adiamento de discussão por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 377/91.

Sala das Sessões, em 09.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2263

REQUERIMENTO N° 2256

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições estatutárias, após ouvido o Plenário, REQUER a inclusão na Ordem do Dia de 10.09.91, do Projeto de Lei n° 303/91, de minha autoria, com base no artigo 185 do Regimento Interno.

O Projeto dispõe sobre a doação de área para o SENAI, objetivando a implantação de uma "Escola de Cerâmica", destacada de área maior doada anteriormente ao município de Campo Largo.

Portanto, atende ao exigido no artigo 185 do Regimento Interno da Casa, pois não refere-se a abertura de crédito ou despesa para o erário.

Sala das Sessões, em 09.09.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A proposição complementa o pedido de urgência de votação solicitada ao Projeto de Lei, pois a adequação da doação feita ao município de Campo Largo, possibilitará a edificação da "Escola de Cerâmica de Campo Largo", desejo de toda a comunidade local, e cujos recursos para a implantação estão garantidos, bastando apenas esta adequação da Lei.

REQUERIMENTO N° 2248

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.09.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o adiamento por 05 (cinco) sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei n° 172/91, que estabelece critérios e normas para a execução da política habitacional do Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP (Fundo Paranaense de Habitação Popular).

Sala das Sessões, em 09.09.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, apoio ao envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, recomendando o nome do Juiz MILTON LUIZ PEREIRA, para a vaga existente no Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 09.09.91.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: Algaci Túlio, Luiz Carlos Alborghetti, Tadeu Lúcio Machado, Durval Amaral, Élio Rusch, Severino Félix, Costenaro Neto, Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia e Toti Colaço.

REQUERIMENTO N° 2267

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio do Projeto de Lei n° 377/91, para o reexame da douta Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista que a matéria em questão diz respeito ao Projeto de Lei dos subscritores deste, e ainda porque fere o artigo 8° da Lei n° 9.494 de 21 de dezembro de 1990 (Lei Orçamentária Anual), que não permite o uso da rubrica 1.018 (Fundo de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná) enquanto não regulamentado o órgão específico previsto no artigo 205 da Constituição do Estado.

Portanto, se aprovada esta suplementação, esta Casa incorrerá em flagrante erro legal, já que necessita da aprovação do Projeto de Lei n° 312/91.

Sala das Sessões, em 09.09.91.

(aa) ALGACI TÚLIO

EMÍLIA BELINATI

REQUERIMENTO N° 2261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições estatutárias, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja consignado votos de congratulações pela passagem do 1° aniversário da "ASPAN - Associação dos Servidores Públicos Municipais de Antonina", ocorrido em 28 de julho próximo passado.

Sala das Sessões, em 09.09.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A solicitação prende-se ao fato que a ASPAN, com total apoio do Prefeito Leopoldino, vem realizando atividades de defesa da classe que representa, bem como realiza também pela comunidade local.

A Diretoria, bem como todos os seus

associados, estão todos homenageados pelo transcorrer desta data e pelo muito que poderão fazer pela comunidade antoninense e pelos associados que representa.

A atividade da "Casa do Servidor Municipal", a possibilidade da obtenção do seu terreno para sede própria, a assistência a seus 500 associados, bem como as atividades esportivas e recreativas realizadas, demonstram o esforço e realizações efetivas.

REQUERIMENTO N° 2251

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado aos Excelentíssimos Senhores: Presidente da República; Deputados Federais e Senadores pelo Paraná; Ministro do Trabalho e Previdência Social e aos Presidentes da Câmara dos Deputados e Senado da República, abordando inconvenientes da proposta de aposentadoria aos 65 anos de idade para os trabalhadores brasileiros.

Que sirva de justificativa ao presente requerimento, o estudo realizado pela "Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas do Paraná", anexo a esta proposição.

Sala das Sessões, em 09.09.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente ao Ilustre Presidente do Banco do Brasil, no sentido da revisão do processo relativo ao fechamento da Agência localizada no município de RIO AZUL.

Infelizmente, as últimas décadas, para a agricultura, foram deveras desastrosas, para se dizer o mínimo. Dentre os inúmeros fatores, cabe ressaltar a ausência de recursos financeiros para o plantio, a ausência de meios que garantam uma política de preços, garantidores de rentabilidade.

Tomando como parâmetro a Região que honrosamente represento nesta Casa de Leis, a CENTRO-SUL, o município de RIO AZUL foi vítima desta ato impensado, perdeu a Agência do Banco do Brasil, punido injustamente, pois foi desconsiderado seus reais potenciais econômicos e as participações no engrandecimento do Paraná e do Brasil.

É por essa razão que volto a esta importante reivindicação. Aliás, insistirei quantas vezes for necessário para rever tal inadmissível decisão.

Sala das Sessões, em 09.09.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja remetido ao Presidente do Banco do Brasil, expediente no sentido da instalação de uma Agência do Banco, naquele Município.

O quadro dramático pelo qual passa a agricultura Paranaense é sem dúvida alguma de se lamentar.

Dentre os inúmeros fatores, cabe ressaltar a falta de recursos financeiros para o financiamento do plantio, a ausência de preços garantidores de rentabilidade etc.

Em que pese este panorama caótico, o pujante Município de Inácio Martins, tem se destacado pela resistência de seus agricultores, pois, aquela gente, depende fundamentalmente da agricultura.

Nesta linha de colocações, é preciso resgatar o verdadeiro papel do Banco do Brasil, ou seja o de estimular o desenvolvimento social, viabilizando assim a agricultura que é a base da economia nacional. Neste sentido, a Agência do Banco do Brasil, irá garantir melhores dias para o Município de Inácio Martins.

Sendo assim, espera-se o mais breve possível tais providências.

Sala das Sessões, em 09.09.91

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, informações à Comissão Executiva, sobre o número de Comissões Parlamentares de Inquérito em efetivo funcionamento, qual o objetivo de cada uma, bem como o número de membros e as indicações oficiais de cada Bancada; Requer outrossim, seja informado também se existem CPIs aprovadas que não tenham sido instaladas.

Sala das Sessões, em 09.09.91

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2249

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais do Poder Legislativo do artigo "O PARANÁ AINDA ESPERA A VEZ", de autoria do advogado Gilberto de Abreu Pires, chefe de gabinete da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, FIEP.

Que do presente seja dada ciência aos deputados federais e senadores pelo Para-

nã, ao autor do artigo e ao presidente da FIEP.

Sala das Sessões, em 09.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

De forma muito inteligente e precisa, o Dr. Gilberto de Abreu Pires, advogado e assessor especial dos Presidentes Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, atualmente chefe de gabinete da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, FIEP, aborda a falta de mobilização de nossa classe política para ampliação de nossa participação nas decisões em áreas federais. Desde a indicação de nomes para cargos decisivos até a distribuição de verbas orçamentárias, como no caso recente, em que recebemos menos recursos, enquanto Estado, que a prefeitura municipal de Salvador (BA).

O artigo é uma defesa do Paraná e uma conclamação de todos os seus representantes para uma luta em torno dos interesses coletivos, de forma permanente e unificada. Por isto as palavras do advogado Gilberto de Abreu Pires devem constar dos Anais.

REQUERIMENTO N° 2250

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais do artigo "A ÉGIDE E O EMENDÃO", do sindicalista Luiz Bordenowski.

Que do presente seja dada ciência ao autor do artigo, presidente do Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná, SINCLAPOL.

Sala das Sessões, em 09.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

De forma muito lúcida o presidente do SINCLAPOL - Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná - vem abordar a proposta do chamado "emendão" pelo Governo Collor, denunciando que a medida visa única e exclusivamente atender às exigências do FMI para a obtenção de um novo empréstimo de US\$ 3 bilhões.

O artigo é muito próprio, sobretudo nestes dias de comemoração da Independência do Brasil, quando devemos discutir atos que atentam contra a soberania de nosso País, como este em que se pretende alterar a Constituição para facilitar uma administração e atender a exigências estrangeiras.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 051/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica alterada, onde houver, a denominação "JARDIM PAULISTA" para "TIMBU", no art. 1° da Resolução n° 068/90, de 25 de setembro de 1990.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.91

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A propositura de nossa medida se faz necessária devido a antiga reivindicação da população da região do Município de Jardim Paulista.

Pois, desde os primórdios aquele Município já era conhecido por TIMBU.

A alteração do nome do sobredito Município é justa e condizente com as aspirações de sua Comunidade. Razão pela qual, esperamos poder contar com o devido apoioamento dos Nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 052/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica revogada a Resolução n° 52 de 30 de agosto de 1990.

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.91

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

A propositura de nossa medida se faz necessária pelo fato que já não mais existe a vontade suprema da referida Comunidade de Água Quente dos Domingues.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 396/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada como de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO DOM BOSCO DE ENSINO, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1° de março de 1981 a ASSOCIAÇÃO DOM BOSCO DE ENSINO tem por finalidade manter estabelecimento de ensino, objetivando oferecer condições e oportunidades de instrução e aprimoramento educacional e cultural a qualquer cidadão, independentemente de credo, cor, raça ou posição social.

A Associação preocupa-se em promover a instalação, funcionamento e manutenção de educandário de qualquer nível ou grau, visando sempre o atendimento das necessidades sociais e econômicas da população, além da promoção da formação, especialização e aperfeiçoamento do homem, orientando-o profissional e tecnicamente, de modo a propiciar-lhe melhores condições de vida e convivência, dentro da sociedade.

A Associação, em razão de seus fins puramente educacionais e filantrópicos destina a totalidade de suas rendas ao atendimento de suas finalidades institucionais, não distribuindo, a qualquer título, lucros ou participações nos resultados financeiros da entidade.

Mantenedora do Curso Dom Bosco e da Central de Beneficência Dom Bosco, a Associação doou à razão social do Curso a um grupo de professores, em 1987, vendendo a sede em que funcionava o estabelecimento de ensino e empregando todos os recursos, conforme comprovantes da documentação, em filantropia.

Essa atividade é desenvolvida através da Central de Beneficência, cujo objetivo único é auxiliar aquelas instituições que prestam serviços à população carente.

Pelos documentos anexos será possível comprovar a extensão do trabalho da Associação, inclusive na fase crítica em que seus recursos foram bloqueados pelo Plano Collor, impedindo a continuidade das doações que periodicamente realizava a inúmeras entidades.

São nossas razões para o projeto.

PROJETO DE LEI N° 397/91

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado para TIMBU o nome do Município de Jardim Paulista, criado pela Lei n° 9.444, de 03 de dezembro de 1990.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.09.91

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O escopo do presente Projeto de Lei prende-se a antiga reivindicação da Comunidade da região.

Desde os primórdios, a região do Município de Jardim Paulista já se chamava Timbu.

Sendo assim, a alteração do nome do sobredito Município é justa e condizente com as aspirações de sua Comunidade.

Pela razão acima exposta, esperamos poder contar com o necessário apoio dos Nobres Parés desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Alceu Swarowski.

(Declina)

Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Há alguns dias atrás encaminhei desta tribuna um Requerimento de apoio ao nome de um Magistrado do Paraná, Desembargador Nésio Calixtro para ocupar uma das vagas que abriria no Supremo Tribunal Federal.

Sabendo eu, das dificuldades naquela oportunidade a respeito do sucesso daquela nossa indicação. Mas dizia eu, como já disse outrora aqui desta tribuna quando do meu primeiro mandato, que o Governo Federal devia e continua a dever ao Paraná uma atenção no que diz respeito a presença de paranaenses nos Tribunais Superiores de nosso País. E, lamentavelmente, o nome do Desembargador Nésio Calixtro, em que pese o apoio quase que unânime desta Casa, não foi acolhido e, conseqüentemente, a vaga foi preenchida por um outro nome que não vem aqui o caso analisar.

Agora, Sr. Presidente, venho à tribuna para justificar, fundamentar um requerimento que estou encaminhando à Mesa e, ao mesmo tempo, pedir apoio do douto Plenário no sentido de vermos indicado para a vaga de Magistrado que abriu no Superior Tribunal de Justiça, antigo Tribunal Federal de Recursos recentemente. E o nome que venho defender desta tribuna, já que as Bancadas do Paraná, das diferentes agremiações partidárias já manifestaram o seu apoio unânime, é o do Juiz Federal Milton Luiz Pereira, que além de ter sido, há muitos anos, um dos melhores prefeitos de Campo Mourão foi, para mim, o melhor professor que tive na Faculdade de Direito de Curitiba quando cursava aqui aquela escola. Professor emérito na acepção da palavra; Juiz qualificado, dedicado, sério e extremamente competente. Homem simples e extremamente justo. Milton Luiz Pereira, pela primeira vez, chega bem perto de ocupar a vaga do Superior Tribunal de Justiça do nosso País. Em outras oportunidades ele tentou chegar próximo, como agora, mas não conseguiu. E acho que se neste momento, nós nos somarmos a todas as demais forças políticas do nosso Estado será bem possível que o Paraná, depois de 98 anos, Severino, consiga um espago em um dos Tribunais Superiores deste País. Ele foi indicado em lista triplíce. Portanto, ele é um dos três nomes e é o único nome que representa o Paraná.

Atualmente, Sua Excelência é Juiz Fe-

deral em São Paulo depois de ter sido Juiz Federal por vários anos aqui no nosso Estado.

Portanto, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, o nosso apelo é no sentido de que o nosso requerimento possa ser apoiado, que o Comitê de Imprensa aqui presente, representado pelos mais diferentes órgãos de comunicação e que nos estão ouvindo nesta hora procurem repercutir esta posição da Assembléia para que o nome do honrado Juiz Milton Luiz Pereira possa ser referendado pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República. Estou encaminhando expediente com apoio nesta Casa ao Presidente da República e ao Ministro Jarbas Passarinho, com quem pretendo conversar nas próximas horas por telefone, dado o grau de relacionamento que construímos ao longo desses oito anos que fiquei no Congresso Nacional.

Se nós conseguirmos fazer com que o Juiz Milton Luiz Pereira, que está na lista triplíce que é a coisa mais difícil para um Juiz do Paraná ser indicado para a vaga do Superior Tribunal de Justiça do País, o Paraná estará resgatado com a dívida muito grande que o Governo Federal e os Tribunais Superiores tem para o nosso Estado.

Eu conto, portanto, com apoio nesta Plenário, e dos meus nobres Pares. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu viajava pelo interior do Paraná no último final de semana, na quinta ou sexta-feira e ouvia na televisão, uma entrevista com o Senhor Governador do Estado, anunciando com muita euforia, um aumento de 20% para os servidores públicos do Estado do Paraná, para o mês de setembro.

A partir dali me surgiu uma grande preocupação, em função desta novidade, como fica a esperança dos servidores do Paraná, que vem já há muito tempo, batalhando, reivindicando, condições de pelo menos negociar as suas perdas salariais deste ano com o atual Governo.

Acompanhei depois pela imprensa escrita também com preocupação, uma reunião realizada na granja do Canguiri, com os Secretários de Estado, ligados a área econômica do Governo do Paraná e também com a bancada de sustentação do Governo nesta Casa.

A preocupação aumentou, quando nós vimos através de dados do DIEESE, que o custo de vida apenas no mês de agosto, o custo da cesta básica aumentou em 23,48%,

apenas no mês de agosto.

Também já denunciamos, já expomos aqui nesta tribuna, de que as perdas salariais dos servidores do Paraná, nesses nove meses do ano de 1991, já ultrapassam a 193%. E nós assistimos um anúncio de 20% de reposição salarial dos servidores do Paraná, o primeiro por sinal em praticamente nove meses deste ano corrente.

É preocupante porque alguns aqui, numa sessão, a Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentamos um requerimento, nomeando uma Comissão de Parlamentares, representando os vários segmentos políticos do Paraná, para negociar, para conversar com o Governador, com os Servidores Públicos, e por acaso, porque fomos convidados e chamados aqui mesmo nesta Casa na Comissão de Justiça e em outros momentos, pelos servidores para discutir e conversar com os mesmos, sobre o problema do funcionalismo público do Paraná, o descaso que vem se tendo com o funcionalismo público do Paraná; e esse requerimento foi rejeitado aqui nesta Assembléia, porque provavelmente o Governador não teria argumentos para discutir com outros partidos, outros segmentos políticos do Estado, esta discussão sobre os salários dos servidores do Paraná.

E aí fica muito mais fácil. Fica muito mais simples conversar com a bancada do "amém", com a bancada que lhe dá sustentação, a própria Casa, conversar sobre o problema que não aflige só o FNDB, que não é preocupação apenas dos Deputados do FNDB e dos que dão sustentação ao Governador, mas que é preocupação desta Casa como um todo.

E também, muito mais dos servidores do Paraná. Também nos preocupa, porque ao invés de negociar, de conversar, de reunir na Granja, com os seus comandados, com seus Secretários e seus Deputados, por que não se convidou, também, os sindicatos e representações dos servidores do Estado?

Das Associações dos Servidores, dos seus Sindicatos? Que estão reivindicando há muito tempo serem recebidos pelo Governador e discutir estes problemas.

Fica muito fácil, nest sentido. Fica muito fácil reunir-se desta forma. Ou há o medo de discutir com a Oposição ou há o medo de ter na mesa, Deputados de outros Partidos que vão questionar a postura do Governo... Só para concluir, Senhor Presidente, por favor. Ou confessa-se, realmente, que a situação dos servidores do Paraná está numa calamidade pública.

Eu quero manifestar a minha preocupação, porque estamos ouvindo a cada final de semana, ou a cada dia, a imprensa aqui da Capital mostrando que os trabalhadores do Paraná estão a cada semana fazendo ocupações de áreas urbanas, armando ali a sua

barraca de lona preta para poder se livrar do aluguel e sobrar dinheiro para os alimentos, para alimentar seus filhos.

E a minha preocupação é a de que amanhã, provavelmente, ou já estão, neste último final de semana, muitos servidores do estado, talvez, tendo-se que se colocar nesta situação para poder sobreviver.

Se não estão, provavelmente estarão se preparando para ocupar uma barraca de lona preta, para poder sobreviver sendo funcionários do Estado do Paraná, e não sendo funcionários de um Estado falido como se anuncia, que os outros Estados do País estão.

De um dos Estados mais ricos, de um dos estados que tem "superávit" em caixa e que discute com todos os outros Estados do País, de ser um dos melhores Estados, economicamente.

Esta grande preocupação eu tenho e quero manifestar aos Senhores Deputados e a esta Casa, para que não ocorra, amanhã, quando teremos grande parte dos servidores do Estado do Paraná morando em favelas e barracas de lona preta, ocupando áreas para poder lutar pela sobrevivência.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Deputado Ovídio Constantino abordou a questão dos baixos salários percebidos pelos servidores públicos do Estado.

A questão dos baixos salários não é exclusivamente de servidores públicos estaduais. Mais parece ser o natural e o normal, hoje, na sociedade brasileira. A maioria dos trabalhadores brasileiros percebem salários muito aquém das necessidades básicas de alimentação, educação, saúde e habitação.

E disso tudo, destas deficiências levam os trabalhadores a fazer ações que muitas vezes eles já condenaram no seu passado. Os trabalhadores, muitos, tenho absoluta certeza condenam qualquer ato de ocupação urbana ou rural, mas a necessidade tornou-se tão premente que hoje ocupam algumas áreas para livrar-se do aluguel ou morrem de fome pelos baixos salários que percebem!

Nos últimos dias, em Curitiba, tivemos uma série de ocupações de terrenos urbanos. Ocupações estas espontâneas, simplesmente para se livrar do aluguel. E essas ocupações levaram um número de empresários de nossa cidade e um número de especuladores imobiliários a se reunirem e fazerem

atas, e eu agora quero ler um trecho delas:

"Ata de Reunião de Proprietários e Arrendatários de Imóveis de Curitiba:

Assim todos os presente e adiante assinados, ajustam, desde logo, um ato de cooperação e ajuda mútua, de modo a colaborar uns com os outros visando a proteção e vigilância em comum dos imóveis, visando preservar evidentemente suas integridades físicas e as eventuais invasões."

Isso, para nós, quando diz visando a proteção e a vigilância, nada mais é do que montar grupos paramilitares armados. E isso está ocorrendo em Curitiba, tanto é que de quarta para quinta, como questão de ordem que fiz na quinta-feira, dois trabalhadores foram baleados, na madrugada, na Vila Ostermack. Naquela mesma vila, alguns capangas armados, ficam durante o dia e a noite, 24 horas por dia, caminhando ao redor de alguns terrenos.

No Jardim Paranaense, em terreno baldio, a noite inteira, um grupo de homens armados e carros, lá se estabelecem. São trabalhadores que são baleados, sabemos aonde estão os capangas, e com esta preocupação na sexta-feira estivemos, eu e o Deputado Ernani Pudell, mais os Vereadores Jorge Samek e Angelo Vanhoni e Doático Santos, na Secretaria de Segurança Pública, pedindo ao Sr. Secretário que intervenha!

Estamos esperando que isso ocorra por parte da Secretaria e nos dizemos e damos os locais aonde estes homens armados estão, e cabe à Secretaria de Segurança ir até lá e desarmar estas pessoas!

Queremos dizer que estes proprietários, por mais direitos que eles tenham sobre estes terrenos, eles jamais terão direito de roubar a vida de qualquer trabalhador! Por qualquer direito que se tenha sobre a propriedade privada ele nunca deve se sobrepôr ao direito à vida! E justamente é isso que estes donos de terras querem, querem que o trabalhador morra de fome ou se ele ocupar alguma área que está para especulação imobiliária ele morra assassinado a seu mando!

O fruto destas ocupações não é simplesmente o fruto da crise econômica atual, é reflexo desta crise, como assim também é reflexo da crise de falta de habitação, e também é reflexo de todas estas políticas que passam por nosso País e nosso Estado. Se promete mundos e fundos em épocas de campanha eleitoral e depois não se cumpre, levando estes trabalhadores a ocupar estes terrenos, por necessidade de sobrevivência e de viver! E essa necessidade de sobrevivência, esta necessidade da vida no nosso entender se sobrepõe ao direito da propriedade privada!

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, servidores desta Casa, imprensa falada e escrita, demais presentes.

A evolução é uma lei natural. Se nós voltarmos à história nós vamos ver que se a República amanheceu no idos 1889, o presidencialismo despertou no mesmo instante de surpresa, sem a participação do povo brasileiro; e do gênio de Rui já surgiu deturpado, contaminado pelas sinecuras, pela caudilhagem, pelos corrilhos dominantes nos Partidos de então, com todas as suas mazelas. Daí porque defendemos o Parlamentarismo.

E pela sua grande oportunidade, queríamos pedir vênias ao ilustre Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, para requerermos constem nos Anais desta Casa as palavras transcritas na "Revista Panorama", na opinião livre, sob o título, "A Evolução para o Parlamentarismo":

(Lê): "Depois da estruturação constitucional de 1988, o Brasil se descobre ainda em processo de ajustamento de sua forma de organização do Estado, porque as sociedades humanas evoluem continuamente. Há mesmo uma revisão constitucional marcada para 1993, passados cinco anos da promulgação da Carta que trouxe a redemocratização. Entre os temas dominantes está a retomada do exame da forma e sistema de governo, com crescente preferência por um modelo parlamentarista que partilhe o poder de modo a torná-lo menos, concentrado e mais eficiente.

O regime político, não há dúvida, permanecerá sendo republicano. Mas o presidencialismo imperial que herdamos do século passado não mais se ajusta aos tempos atuais, por um conjunto de fatores que a cada dia mais vai pesando na opinião nacional. Entre eles e não menos grave é a extraordinária concentração de responsabilidade sobre a figura de um só líder - o presidente da República - tornado um verdadeiro "rei sem coroa" durante o tempo de duração do mandato. Todos estamos vendo com simpatia a devastação que o exercício do poder, em pouco tempo, opera sobre governantes moços que assumem cheios de vitalidade e saem alquebrados.

Se o governante é fortemente afetado pelos duros encargos, imagine-se o estrago que esse acúmulo de tarefas ocasiona na qualidade das decisões adotadas, decisões essas que vão influenciar a vida de milhões de pessoas, que têm que sofrer sem meios de reação o impacto daquelas medidas tomadas sob tensões evidentes. É por isso que o regime presidencialista acumula er-

ros que corroem seu prestígio como forma de gestão da sociedade contemporânea.

No republicanismo presidencialista, ainda, os partidos políticos e o Congresso forçosamente são contidos em sua condição de organizadores da vontade coletiva para a ação política. Os primeiros são utilizados como plataforma para a projeção de valores individuais onde os líderes uma vez eleitos perdem contato ou fidelidade com as agremiações pelas quais se apresentaram candidatos. Os parlamentos, também, contidos o jogo das influências que partem dos palácios, não se fazem capazes de exigir as prerrogativas de co-gestão política que estão na raiz de sua formação histórica. Assim, o controle das despesas públicas e a autorização para a realização de gastos fica mais na forma que no conteúdo, a partir da votação dos orçamentos dos poderes públicos.

Mas, enquanto tradicionalmente as Casas do Parlamento devem estar preocupadas com a representação do cidadão contribuinte, cortando gastos da máquina estatal, nos regimes de congressos débeis o que ocorre é que a pressão por mais déficit público surge exatamente dentro das casas congressuais. A inversão fica patente quando se observa, como no Brasil, que é o Governo que opõe resistência - quando opõe - aos gastos públicos. Mas essa resistência é mais formal do que efetiva, mais jogo de cena. Tanto que o ministro da Fazenda acaba tendo que se contrapor à busca de mais gastos por parte dos colegas de governo, criando tensões que se fazem intolleráveis e, que no Brasil se resolve pela queda dos ministros impopulares, imposição de choques monetários episódicos e uma seqüência enervante de períodos de abertura e de fechamento na Economia.

Em vez de jogar culpa - como fazem alguns desavisados - em "A" ou "B", cumpre pesquisar causas dessa aparente incompatibilidade do Brasil com o regime democrático representativo. Por que ficarmos anos a fio nessa verdadeira "dança de tangarás"?

A raiz de nossos males é uma estruturação imperfeita da forma de governar, que impede a sociedade de "exercer um elevado grau de controle sobre seus líderes", na conceituação mínima de Democracia feita por pensadores de matriz estadunidense. O parlamentarismo permite esse controle melhorado, ao separar o Gabinete governamental da figura do Presidente da República. Enquanto este representa a Nação, como chefe do Estado - pairando sobre a conjuntura mutável dos fatos que se sucedem - o Governo é exercido de forma colegiada por um Conselho de Ministros, encabeçado pelo Primeiro-Ministro mas tendo como participantes os colegas de Ministério, com escolha aprovada por maioria parlamentar na

câmara baixa (geralmente a Câmara dos Deputados).

Temos aqui dois elementos de reforço à continuidade de gestão e autoridade do Conselho de Ministros: primeiro, ele tem que ser aprovado e governa na dependência de maioria parlamentar, a qual faltando determina sua remoção. Segundo, os ministros governam solidariamente, tendo que tomar decisões em conjunto, de modo a evitar pressões dos "ministros gastadores", que são responsáveis por projetos, sobre os ministros gestores orçamentários. Claro que ocorrem alterações parciais de gabinetes, mas sempre em atenção às maiorias parlamentares.

O corolário do sistema parlamentarista é o fortalecimento dos partidos e do voto do eleitor, pressupondo alguma forma de escolha distrital. Neste ponto os alemães inovaram com o voto distrital misto, que reserva a representação da sociedade para eleitores agrupados por distritos geográficos mas preserva uma parte das vagas para a seleção de personalidades em lista partidária.

A maré parlamentarista no Brasil é tão ampla - decorrente do desencanto com o modelo presidencialista vigente - que os próprios corifeus do regime atual acabam de propor uma forma de "presidencialismo-parlamentarizado" com a introdução da figura do Primeiro-Ministro mantida a eleição presidencial direta. Isso por reconhecerem que "nada é mais forte do que uma idéia cujo tempo chegou".

(Termina de ler).

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A exemplo de um filme fotográfico, a lona preta das invasões esconde e revela muita coisa. O que a lona preta das invasões abriga? Abriga a aflição do povo que não pode pagar aluguel, que vive de baixos salários, que não consegue o atendimento dos organismos de bem comum de financiamento para ter o seu próprio teto, a sua própria habitação.

Mas a lona preta também revela a ambição desmedida de um tipo de político que não tem nenhum critério com relação à cidadania, nenhum compromisso com relação ao bem comum e tenta, o tempo todo, se servir dos seus semelhantes para tentar subir na política pela falta de valor próprio na busca de soluções e na construção do bem comum.

As lonas pretas que cobrem o trecho destinado ao Projeto FERROVILA, em Curiti-

ba, escondem aproveitadores profissionais que estão recrutando famílias no Interior do Estado, oito delas de União da Vitória, 50 delas de São João do Triunfo e muitas até de cidades de Santa Catarina, trazendo-as para cá sob a promessa de que terão, imediatamente, lotes da COHAB; lotes urbanizados e todas as facilidades que as luzes e a vida da cidade traduzem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. O "turismo da invasão" é a novidade deste final de semana em Curitiba. Ao mesmo tempo que na Rodoviária desembarcavam as caravanas, os aproveitadores políticos de nós há muito conhecidos, inclusive uma senhora chamada dona Alaíde, que já frequentou a página colorida da "Vejinha Paraná", ela que promoveu mais de vinte invasões na cidade, estão entre os ocupantes do Projeto FERROVILA.

O que me causa estranheza e espanto é que nessa instrumentação, nessa balbúrdia toda embarquem algumas pessoas de reta intenção, de boa intenção, de uma certa forma exigindo do Poder Público Municipal e do Poder Público Estadual uma solução que só uma vontade política de Brasília teria de imediato, de pronto, como seria de se imaginar, no sentido de que se gere para cada família um lote. Vejam bem, ao se impedir que o projeto FERROVILA avance, destinando áreas públicas para a construção financiada por empresas de casas para funcionários dessas mesmas empresas, faz-se o jogo das imobiliárias da cidade. Porque na medida em que não há oferta de áreas públicas para quem ganha entre três e cinco salários-mínimos podem jogar os seus aluguéis lá em cima, jogar a oferta dos aluguéis das habitações para classe popular lá em cima.

Transpassado de horror, de vergonha um vereador do PMDB dava entrevista outro dia no rádio e fazia publicar luxuoso panfleto que o nosso prefeito entrega áreas públicas para o BAMERINDUS. Ora, se o BAMERINDUS pode financiar estas áreas para gerar habitações, tirando os seus funcionários, funcionários do BAMERINDUS, da fila da COHAB, qual é o problema? Se se descongestiona a fila da COHAB, se ela é descongestionada pela saída da fila de funcionários do BAMERINDUS ou da PETROBRÁS ou da NUTRISA ou da NUTRIMENTAL, as pessoas são pessoas e a triste fila da COHAB aonde puder ser descumprida funciona como uma espécie de válvula dessa grande panela de pressão que hoje constitui toda e qualquer cidade brasileira.

A lona preta esconde o horror da atual quadra da vida nacional, a opressão do nosso povo pelo baixo salário por não ter onde morar, mas ela revela que ainda existe neste País esse tipo de político sórdido que, à maneira dos aproveitadores, mis-

tificadores, se servem da mais elementar necessidade do povo para tentar subir na vida por falta de mérito próprio.

Nós vamos revelar, através de um censo feito em todas as invasões de Curitiba, de onde vieram essas pessoas e vamos revelar também que existe, e vamos comprovar isto policialmente inclusive, instrumentação das invasões no sentido de afligir a cidade e atrasar a solução para o problema da moradia popular entre nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerra o Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PFL.

(Declina).

PSB (Declina).

PDT (Declina).

PRN (Declina).

PMDB (Declina).

PTB (Declina).

PT (Declina).

PL (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 196, subscrito pelo Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, comunicando sua ausência na presente Sessão Plenária, por motivos de saúde.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 052/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL FAZENDINHA - APRONOR-

CARF. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/91, de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, denomina Rodovia Dr. Moacyr Loures Pacheco, a Rodovia Estadual PR-480 que interliga a PR-323 à PR-082, interligando os municípios de Umuarama, Maria Helena, Nova Olímpia, Cidade Gaúcha e Tapira. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, declara de Utilidade Pública o NÚCLEO DE PESQUISAS UFOLOGICAS, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao cantor e compositor Francisco Buarque de Holanda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/91, de autoria do Deputado João Arruda, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, do Município de Quedas do Iguaçu-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/91, de autoria do Deputado João Preis, declara de Utilidade Pública o ALBERGUE SANTA LUIZA DE MARILLAC DE MARINGÁ, com sede e foro na Cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 305/91, de autoria do Deputado Rafael Greca, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Euclides Girolamo Scalco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 313/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MERCEDES CENOVICZ - AMEC, filantrópica e cultural, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL, da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/91, de autoria do Deputado Nilton Bar-

cosa, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, do Município de Icaraíma. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 318/91, de autoria do Deputado Neivo Beiraldin, declara de Utilidade Pública a CRECHE NOSSA SENHORA DO CARMO, de Paranaíba-P. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 336/91, de autoria do Deputado Eurides Moura, declara de Utilidade Pública a CASA DA CRIANÇA DE ROLÂNDIA, com sede e foro no Município de Rolândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 340/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA LUIZA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 172/91, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - Fundo Paranaense de Habitação Popular. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D. A. n° 50, de 09.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 172/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, objetiva estabelecer critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná e autorizar o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - Fundo Paranaense de Habitação Popular.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental do Plano de Lei em exame, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, cabendo-nos ressaltar o relevante aspecto meritório da iniciativa, pois há muito urgem-se providências no sentido de sanar o crescente déficit habitacional do Estado, favorecendo as populações mais carentes, com condições de moradias dignas com higiene e conforto.

Sendo assim, esta Comissão de Consti-

tuição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da matéria, estando o Projeto em perfeitas condições de receber a apreciação do douto Plenário.

É o parecer, salvo melhor juízo.
Sala das Comissões, em 28.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
NELSON JUSTUS
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 172/91

P A R E C E R:

Ao Projeto de Lei n° 172/91 de autoria do ilustre Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR.

SÚMULA: Estabelece critérios para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR.

Tendo em vista a constitucionalidade do projeto já afirmada pela egrégia Comissão de Constituição e Justiça, e, principalmente, considerando a relevância da matéria, que busca encontrar a solução para um dos problemas que mais aflige a população paranaense, opinamos pela sua APROVAÇÃO e conseqüente apreciação pelo douto Plenário, pois que, afinal, cada investimento em moradia popular feito pela atual Prefeitura Municipal de Curitiba, exige uma contrapartida de sete investimentos, da mesma natureza, no interior.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.91.

(aa) DURVAL AMARAL
Presidente
RAFAEL GRECA DE MACEDO
Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 172/91

P A R E C E R:

Considerando já manifestação favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, esta Comissão por considerar a matéria tempestiva, expressa-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI
Presidente
ÉLIO RUSCH
Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 172/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado José Afonso Júnior, estabelece

critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná, autorizando o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - Fundo Paranaense de Habitação Popular.

A iniciativa, de nobre objetivo, está em perfeita consonância com o art. 213 da Constituição Estadual:

"Art. 213 - As entidades da administração direta e indireta, responsáveis pelo setor habitacional, contarão com recursos orçamentários próprios e de outras fontes, com vistas a implantação da política habitacional do Estado."

Neste sentido, inexistente óbice à que, nos termos da autorização espelhada no art. 6º do versado Projeto de Lei, proceda-se à dotação de recursos orçamentários para o Fundo Paranaense de Habitação Popular - FPHP, pelos mecanismos previstos na Lei nº 9.494/80, incluindo-se outrossim, o respectivo programa na Lei Orçamentária para 1992.

Posto isto, esta Comissão de Orçamento dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.08.91.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

HEINZ HERWIG

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 172/91, constante da Ordem do Dia. Aproveado.

Fica, portanto, adiada a discussão e votação por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei nº 172/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 359/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 71/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros), ao orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem-DER, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 100, de 20.08.91. - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 359/91

P A R E C E R:

Sob nossa análise o Projeto de Lei nº 359/91, supra emendado, de autoria do Senhor Chefe do Poder Executivo Estadual, dispondo sobre a abertura de Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros) ao orça-

Curitiba, segunda, em 09.09.91

mento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

No aspecto jurídico, a propositura encontra amparo no que dispõe o artigo 167, V da Constituição da República combinado com o artigo 135, V da Constituição do Estado.

Verifica-se, também, o cumprimento das normas prescritas pela Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64.

Concluimos, desta forma, pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei nº 359/91, manifestando nosso Parecer favorável à sua normal tramitação e dando-o em condições de ser levado à soberana deliberação do Plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 359/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 71/91, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros) ao Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme especifica.

O Plano de Lei em estudo em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça que por seu Relator, ofereceu Parecer FAVORÁVEL.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 359/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros) ao orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

A medida está em perfeita consonância com os dispositivos constitucionais que regem a matéria, quais sejam os arts. 167, inciso V da Magna Carta Federal e 135, inciso V da Constituição Estadual.

Obedecendo o preceituado pelo art. 41, I da Lei Federal 4.320/64, está, o Poder Executivo, requerendo autorização a essa Casa, para "reforçar" o orçamento do DER.,

na rubrica - "transferências operacionais - outras despesas correntes" cancelando igual importância na rubrica - "outras despesas de capital".

Posto isto, somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do Presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.91.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 74/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), ao vigente Orçamento do Ministério Público, aprovado pela Lei Estadual nº 9494 de 21 de dezembro de 1990, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 100, de 20.08.91. - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 360/91

PARECER:

A Proposição em tela, oriunda da Mensagem Governamental nº 74/91, objetiva aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Ministério Público, na forma que especifica.

Procedida a análise constitucional e regimental do presente Projeto de Lei, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela apreciação da matéria pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 360/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 74/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Ministério Público, conforme especifica.

O presente Projeto de Lei em estudo em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pelo Douto Comissão de Constituição e Justiça, que por seu Relator, ofereceu Parecer FAVORÁVEL.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido Projeto neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 360/91

PARECER:

Aprova, o presente Projeto de Lei, um crédito suplementar de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) ao orçamento do Ministério Público.

A iniciativa é lúdima, na medida em que, nos termos do art. 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, destina-se ao "reforço da dotação orçamentária" no presente caso, do Ministério Público.

A medida que atende outrossim o disposto no art. 135 inciso V da Carta Estadual, ao indicar como recurso correspondente, importância no mesmo montante do próprio órgão.

Assim, aprovado o presente Projeto de Lei, estará esta Casa de Leis, autorizando, nos termos dos ditames constitucionais o cancelamento de recursos das categorias de programação, "outros serviços encargos" e reparos adaptações, substituições e conservação de bens imóveis" (33132.00, 3132.03), a suplementação na rubrica para "equipamentos e material permanente" (4120.00).

Posto isto somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.91.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 72/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.635.500.000,00 (um bilhão, seiscentos e trinta e cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, destinado a dar cobertura à programação do Projeto de Adequação de Estradas Municipais-Paraná-Rural/BIRD/DER, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. Publ. no DA. nº 100, de 20.08.91- Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 362/91

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 72/91, objetiva aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 1.635.500,00 (hum bilhão, seiscentos e trinta e cinco milhões, quinhentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, destinado a dar cobertura à programação do Projeto de Adequação de Estradas Municipais- Paraná-Rural/BIRD-DER, na forma que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da Proposição em tela, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, encontrando-se a matéria em condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela tramitação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
NELSON JUSTUS
Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 362/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 72/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de CR\$ 1.635.500.000,00 (hum bilhão, seiscentos e trinta e cinco milhões, quinhentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, destinado a dar cobertura à programação do Projeto de Adequação de Estradas Municipais- Paraná-Rural/BIRD-DER, na forma que especifica.

O Plano de Lei em estudo em sua parte legal e constitucional já foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu Relator, ofereceu Parecer FAVORÁVEL.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente
ALCEU SWAROWSKI
Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI N° 362/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 1.635.500.000,00 (hum bilhão, seiscentos e

trinta e cinco milhões, quinhentos mil cruzeiros) ao orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, destinado à programação do Projeto de Adequação de Estradas Municipais- Paraná-Rural-BIRD-DER.

A iniciativa obedece rigorosamente às disposições legais e constitucionais que regem a matéria, atendendo ao preceituado pelo art. 135, inciso V da Constituição do Estado, ao indicar como respectivo recurso, igual importância proveniente do orçamento do Departamento de estradas de Rodagem-DER.

A conversão das fontes de recurso, tal qual consignado no Plano de Lei, é legítima na medida em que está autorizada pelo art. 6° da Lei estadual n° 9.494/90.

Posto isto somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.91.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente
NEIVO BERALDIN
Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 363/91, de autoria do Poder Executivo Mensagem n° 68/91, que aprova o crédito suplementar no valor de Cr\$ 48.900.000,00 (quarenta e oito milhões e novecentos mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 100 de 20.08.91 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 363/91

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental n° 68/91, o Projeto de Lei em epígrafe aprova crédito suplementar para a SEAD e DECON, conforme especifica.

O Projeto vem tramitando normalmente nesta Casa e está sendo apreciado em Regime de Urgência, a Requerimento do Nobre Deputado Orlando Pessuti.

Tratando-se de matéria de iniciativa Governamental, amparada pelos dispositivos Constitucionais e legais em vigor, merece o nosso parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 03.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

ROSSONI - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 363/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 68/91, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 48.900.000,00 (quarenta e oito milhões e novecentos cruzeiros), ao vi-

gente orçamento da Secretaria de Estado da Administração.

Sobre a matéria houve o pronunciamento FAVORÁVEL da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que sobre a tramitação do referido Projeto neste Poder.

Sendo assim, somos de Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.91

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente;

NELSON GARCIA - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/91, de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 70/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Universidade Estadual de Londrina aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado (Publ. no DA. nº 100 de 20.08.91 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 364/91

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem de nº 70/91, que visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Universidade Estadual de Londrina aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, conforme específica.

Procedida a análise da matéria, o presente Projeto preenche todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

EMÍLIA BELINATI - Relatora.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 364/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 70/91, que visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Universidade Estadual de Londrina aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21.12.90, conforme específica.

O Plano de Lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça que por seu Relator, ofe-

receu Parecer FAVORÁVEL.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.91

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente;

MÁRIO BEZERRA - Relator.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 364/91

P A R E C E R:

Objetiva, o presente Projeto de Lei, aprovar crédito suplementar no montante de Cr\$ 265.000.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros), aos orçamentos da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

A iniciativa encontra-se em perfeita harmonia com os dispositivos legais e constitucionais atinentes à matéria, atendendo ao mandamento consignado no art. 135, inciso V da Constituição Estadual, o qual determina em casos que haja autorização prévia da Assembléia Legislativa e indicação dos recursos correspondentes, disposição que, no presente caso, foi efetivamente atendida.

Posto isto, somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.91

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente;

HEINZ HERWIG - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 377/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem nº 75/91, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 75.399.000,00, ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21 de dezembro de 1990, destinado à elaboração de projetos técnicos pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR e a realização do curso de especialização sobre Engenharia de Materiais Metálicos pela Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme anexo desta lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Publ. no D.A. nº 105, de 28.08.91, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 377/91

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental nº 75/91, do Chefe do Poder Executivo, aprova um crédito da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21 de dezembro de 1990, destinado à elaboração de projetos técnicos pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR e realização do curso de especialização sobre Engenharia de Mate-

riais Metálicos pela Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A matéria atende ao preceito constitucional, estando em condições de ser apreciada pelo douto Plenário desta Casa de Leis.

Assim sendo, ressaltando-se o mérito da medida proposta e o fato de tratar-se de mera transferência de recursos, alocados no mesmo órgão e com a mesma finalidade, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 377/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 75/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 57.399.000,00 (cinquenta e sete milhões, trezentos e noventa e nove mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21 de dezembro de 1990, destinado à elaboração de projetos técnicos pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, e a realização do curso de especialização sobre Engenharia de Materiais Metálicos pela Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme Anexo I desta lei.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, não há nada que obste a tramitação do referido projeto, neste Poder.

Sendo assim, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.91.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando cancelamento do regime de urgência e adiamento de discussão e votação por 05 (cinco) sessões. - Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, nós entendemos que não existe maiores motivos para que o projeto seja retirado da Ordem do Dia, tendo em vista tratar-se de uma suplementação orçamentária que está sendo aguardada pelo Instituto de Tecnologia do Paraná, para a realização do curso de especialização sobre Engenharia de Materiais Metálicos

para a Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, além de uma série de outros requisitos para os quais o TECPAR vem se preparando no fiel cumprimento das suas atribuições.

Por esta razão e tendo em vista que já estivemos conversando com o ex-Deputado Lauro Alcantara, diretor daquele Instituto, que até compareceu a esse Parlamento, quando pôde conversar e dialogar com diversos Srs. Deputados, no sentido de que essa matéria tivesse uma tramitação em regime de urgência, como de fato está tramitando, para que esses recursos chegassem ao TECPAR e pudesse aquele Instituto dar cumprimento às suas necessidades de orçamento.

Por essa razão não entendemos quais as razões outras que os Deputados Algaci Túlio e Emília Belinati têm a alegar, para que essa matéria não fosse aprovada na sessão de hoje, tendo em vista que são recursos necessários ao funcionamento daquele Instituto que tantos serviços tem prestado ao Estado do Paraná e ao Brasil, seja na produção de vacinas, seja na produção de antígenos, seja na elaboração de pesquisas, seja na avaliação daquilo que a indústria metal-mecânica tem produzido em nosso Estado e até fora.

Eu entendo que, estando nós hoje carentes de um desenvolvimento maior na área tecnológica, não poderíamos, em hipótese alguma, neste momento, cercear o carregamento de recursos ao Instituto de Tecnologia do Paraná, bem como à Universidade de Ponta Grossa, através do TECPAR, no sentido de que esses programas possam ser desenvolvidos com a rapidez que se faz necessária.

Neste sentido, apelamos aos Deputados Algaci Túlio e Emília Beinatti, que desistam do seu requerimento de retirada da Ordem do Dia, e possamos nós aprovar esta matéria como está sendo proposta, e tendo em vista que a mesma tramitou na CCJ e na Comissão de Finanças, onde recebeu apoio unânime dos Parlamentares que compõem aquelas Comissões e nós, desta forma, pudessemos contribuir com o desenvolvimento do Paraná.

A persistir o requerimento, nós apelamos aos demais Deputados que o rejeitemos, e que aprovemos a matéria constante do Projeto de Lei nº 377.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento de autoria deste Parlamentar e da Deputada Emília Belinati, está baseado no fato de que ainda não temos oficializado pelo Governo do Estado, um fundo para gerenciar os 2%, conforme determinou a Constituição Estadual.

É importante destacar que a destinação de 2% da receita tributária estadual é uma prerrogativa que a Constituição Federal garantiu aos Constituintes Estaduais, pelo seu art. 218, § 5º, que diz: "É facultado aos Estados brasileiros e ao Distrito Federal vincular parcelas de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica".

Já no processo constituinte estadual, eu que participei da Comissão Constitucional, pude assistir a uma grande polêmica em torno desta questão, principalmente na definição do percentual que seria destinado à Ciência e à Tecnologia.

É interessante e da maior importância observar que só existem dois casos em toda a constituição de vinculação de recursos para fins específicos: a vinculação de 25% para a Educação e a vinculação de 2% para a Ciência e a Tecnologia.

Entretanto, a vinculação constitucional para a educação evidente que não chamou tanto a atenção do Constituinte Estadual, porque ela veio praticamente pronta e o seu órgão gestor, como é público, é a própria Secretaria da Educação.

No encaminhamento, então, da proposta para a definição do percentual para a Ciência e a Tecnologia, sobressaiu-se também a preocupação no sentido de que a própria Constituição Estadual garantisse um órgão gestor específico. Repito: que a Constituição garantisse um órgão gestor específico nas características mais adequadas às expectativas das comunidades científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora já que o Poder Executivo era defendido pela participação de sua bancada na Constituinte.

E quando nós votamos favoravelmente à proposta dos 2%, proposta que contou com o apoio das comunidades envolvidas com a Ciência e Tecnologia, como a SBPC, que teve a professora Glaci como interlocutora, votamos consignando recursos de 2% a um órgão com características próprias bem definidas. E esse órgão deve ter participação paritária das comunidades científica, tecnológica, empresarial, trabalhadora e do Poder Executivo.

Mesmo que alguém não conseguisse compreender o sentido do termo paritário, bastaria recorrer ao Prof. Aurélio Buarque de Hollanda para saber que a expressão quer designar uma constituição por elementos pares a fim de estabelecer a igualdade. E esse debate foi realizado há questão de 10 dias atrás, na Federação do Comércio do Estado do Paraná, no auditório do SESI.

E, desta discussão, participaram vários Parlamentares desta Casa, este Parlamentar, os Deputados Emília Belinati, Alceu Swarowski e outros que se interessaram

pelo assunto para defender essa comissão paritária, esta participação paritária e para defender a criação desse fundo.

Ora, Srs. Parlamentares, o art. 8º da Lei Orçamentária anual diz: "Os recursos provenientes...". E, neste sentido, existe na Casa, tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, e que tem, se não me falha a memória, no Deputado Durval Amaral o seu Relator, exatamente o projeto de autoria deste Parlamentar e da Deputada Emília Belinati, regulamentando este Fundo para alocação de 2% para a Ciência e Tecnologia.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, essa é a razão do nosso pedido de retirada deste projeto de votação, porque entendemos que se há um projeto na Casa tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, exatamente regulamentando o art. 205, da Constituição do Estado, não poderia, esta suplementação, ter passado.

Entendemos que há um ritmo muito grande de trabalho na CCJ, com mais de 30 projetos votados nas últimas duas semanas, o que deve ter exigido muito trabalho por parte dos Srs. Parlamentares.

No entanto, não poderia - e eu chamo a atenção aqui dos Srs. Parlamentares -, esta suplementação passar em regime de urgência sem antes ter sido aprovado o nosso projeto que não quero acreditar esteja na mão do Deputado Durval Amaral, com o sentido de retardar a aprovação do mesmo.

Quero entender que o Deputado esteja analisando o projeto com muito cuidado, porque, afinal de contas, é uma regulamentação da Constituição do Estado do Paraná, art. 205. Esta é a nossa única preocupação.

Não é nada contra Ponta Grossa, em absoluto, nada! Queremos que esta cidade também seja beneficiada com o repasse da Ciência e Tecnologia. Mas o que queremos é que prevaleça aqui na Casa um direito de quem entrou com um projeto que está tramitando, e a Mensagem Governamental veio à Casa depois do nosso projeto. É nesse sentido que apelamos aos Senhores Parlamentares para que este projeto seja retirado da Ordem do Dia e que, imediatamente, o Deputado Durval Amaral dê o seu parecer a respeito do projeto de autoria deste Parlamentar e de autoria da Deputada Emília Belinati para que possamos imediatamente regulamentar o artigo 205 da Constituição do Estado do Paraná, Senhor Presidente.

O SR. DURVAL AMARAL (Para encaminhar) - Eu só queria esclarecer ao ilustre Deputado Algaci Túlio que efetivamente o projeto que regulamenta o artigo 205 da Constituição Estadual, que trata sobre o Conselho de Ciências e Tecnologia, ele está sob o nosso poder e nós requeremos jun-

to à Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa e foi deferida pelo ilustre Presidente Colombino Grassano diligências à Secretaria e Ciência e Tecnologia e ainda à Secretaria da Fazenda para que ambas possam informar à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná quanto, efetivamente, o Estado repassa para a Ciência e Tecnologia mensalmente através de seus programas, e de suas universidades, através das instituições que fazem a tecnologia e o desenvolvimento tecnológico do nosso Estado.

Por esta razão estamos com a consciência tranqüila em estarmos dando todo o andamento necessário na Comissão de Constituição e Justiça. Além do que não poderíamos analisar com toda a rapidez que o nobre Deputado deseja porque é uma matéria difícil, é uma matéria que envolve um montante de 2% da Receita Tributária do Estado do Paraná e que efetivamente tem que ser analisado com carinho.

Neste sentido ainda nós, a requerimento da própria Deputada Emília Belinati e outros companheiros e por deliberação da Comissão de Constituição e Justiça, nós através do nosso Presidente Colombino Grassano, estamos convidando o Secretário de Ciência e Tecnologia Maurício Fruet, para que venha até a Comissão de Constituição e Justiça, para discutir e debater o assunto. Então por quê? Se se pretende retardar alguma coisa, estou entendendo que se pretende somente retardar uma suplementação orçamentária de 57 milhões de cruzeiros, para Universidade Estadual de Ponta Grossa, e que efetivamente nem de perto, e muito longe fica de se aproximar da quantia que é bastante considerável de 2% da receita tributária do Estado do Paraná que se pretende destinar esse fundo.

Então nós não podemos efetivamente, em hipótese alguma, misturar uma coisa com a outra. Por essa razão a nossa bancada vai votar contra a prorrogação dessa discussão, a prorrogação dessa votação por cinco reuniões, por não se justificar, porque a Comissão de Constituição e Justiça, o projeto da Emília Belinati e do Algaci Túlio, está em diligências para a Secretaria da Fazenda e para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, e nós estamos aguardando uma data para que o Secretário de Ciência e Tecnologia Maurício Fruet, venha até a Comissão de Constituição e Justiça, para debater exaustivamente o assunto. Ai sim, nós podemos dar a tramitação que a Assembléia Legislativa deseja nesse processo.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Só para fechar o raciocínio. O que discute o projeto do Deputado Algaci Túlio e da Deputada Emília Belinati, com refe-

rência a regulamentação do artigo 202, o Deputado Durval já prestou os esclarecimentos, mas só para completar, 2% da arrecadação tributária do Estado. Se o Estado no mês passado arrecadou em torno de 42 bilhões de cruzeiros, vezes doze, nós vamos para 480 bilhões; 2% disso, é em torno de 9 bilhões de cruzeiros.

Nós estamos discutindo apenas e tão somente, recursos emergenciais e necessários da ordem de 75 milhões, não é nem bilhões. Nós não estamos discutindo nem 10%, nem meio por cento, talvez, daquilo que é objeto do projeto que regulamenta o artigo nº 202.

É nesse sentido que nós apelamos aos Senhores Deputados, para que deixemos de lado o requerimento e votemos a matéria, porque é assunto emergencial. A questão maior de regulamentação do 202, que envolve recursos da ordem de bilhões de cruzeiros, talvez 10 bilhões, esse sim, nós temos que discutir com muito mais prioridade e profundidade. Este assunto de suplementação agora envolve uma questão bem menor, apesar de ser um valor expressivo.

O SR. ALGACI TÚLIO (Questão de Ordem) - Senhor Presidente.

Para lembrar o Deputado Orlando Pessuti, que não se trata do artigo 202 e sim, do artigo 205, da Constituição Estadual. E deixar bem claro mais uma vez que nada temos eu e a Deputada Emília Belinati, com relação contra, que esta verba vá a Ponta Grossa, ela deverá ir a Ponta Grossa independente do projeto voltar para as comissões ou não. O que nós queremos na verba é imediata regulamentação do artigo 205 da Constituição Estadual, para que possamos saber quem é que vai gerenciar esse fundo, qual é o montante desse fundo, porque afinal de contas nós votamos uma condição e ela tem que ser respeitada. E esta é a razão que nós queremos da sua regulamentação imediata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu quero lembrar a Assembléia, que a inflação tem sido pretexto nesse País, por uma série de atropelos que infelicitam a vida nacional. Mas o que o Deputado Algaci Túlio e a Deputada Emília Belinati pede, é a aplicação da Lei Orçamentária em vigor no Estado, que a Lei Estadual 9.494, que foi promulgada em 21/12/90, que o Senhor Pessuti, e os outros Deputados que já tínhamos assento nesta Casa, votamos aqui no ano passado.

O artigo 8º da Lei Orçamentária do Estado, diz o seguinte: "Os recursos provenientes da Aplicação Constitucional de 2%

sobre a receita tributária em ciência e tecnologia, alocados no Fundo de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná tem até sigla: FUNCITEC serão distribuídos mensalmente em duodécimos e serão alocados integralmente ao órgão específico, previsto no artigo 205 da Constituição do Paraná, de acordo com o Projeto 090001310054108".

Então, vejam, lamentavelmente nós estamos entrando num "buraco", onde as leis são tratadas como vacinas. Tem vacina que pega e vacina que não pega. Tem lei que vale e tem lei que não vale.

Deputado Pessuti, o raciocínio de que o Fundo envolve 9 bilhões de cruzeiros e que nós só vamos tirar 75 milhões, ele não pega pelo seguinte: porque ele fere, efetivamente, a aplicação da lei e fere a Constituição. E o respeito à Constituição é como quando havia na sociedade mais primitiva, o tabu da virgindade. Vá convencer um religioso ortodoxo, judeu ou indiano de que existe uma meia-vingem. Isto pode existir neste Brasil da inflação. Mas, meia-vingem, como meio de desrespeito à Constituição, não existe.

Ou se respeita a Constituição ou não se respeita.

No caso, a Assembléia tem a obrigação constitucional, sob pena de perjúrio de respeitar a Constituição. Se não, seremos todos perjuros, porque juramos, aqui, defender e respeitar a Constituição. Juramos na frente do crucifixo, do Governador, das bandeiras, da sociedade, com vídeo, com fotografia; tudo o que tinha direito. Agora, não dá para atropelar a Constituição, porque isto interessa ao Príncipe, no momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento do Deputado Algaci Túlio. Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Está aprovado, Sr. Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Está rejeitado, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está Rejeitado.

Ainda, sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio e da Sra. Deputado Emília Belinati, constante do expediente, solicitando o reexame na Comissão de Constituição e Justiça do Projeto de Lei nº 377/91. Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Vossa Excelência não colocou em votação o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda há o requerimento para que o projeto retorne à Comissão de Justiça.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar e pedir ao Deputado Durval Amaral para que com a mesma rapidez que o Palácio pede a aprovação desta suplementação de verba, que houvesse, também uma rapidez, e é só atravessar a avenida e chegar até aqui, e convocar-se o Secretário de Ciência e Tecnologia, o ex-Deputado Maurício Fruet, para que viesse à Casa dar as devidas explicações. Por que não podemos ficar retardando um projeto de um interesse muito grande ao Estado do Paraná, que é a regulamentação do artigo 205, esperar a boa vontade do dia em que o Secretário poderá vir à Casa.

Quero fazer oralmente, e farei por escrito na seqüência, um requerimento pedindo a convocação do Senhor Secretário Maurício Fruet.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento da Deputada Emília Belinati, conservem-se como estão. Rejeitado.

Em votação o projeto, os Deputados que aprovam o projeto conservem-se como estão. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2248, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde, eu convoco os Deputados Lorenzo Fregonese, José Afonso Júnior, Cleiton Crisóstomo, Edson Lino, Nilton Barbosa, Mário Bezerra, Arlindo Troian, Élio Rusch, Nelson Garcia, Deputada Emília Belinati, mais o Deputado Rafael Greca, Nilton Servo, Dalton Machuca e Alceu Swarowski, para uma reunião da Comissão amanhã às 9 horas, na sala de reuniões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sr. Deputado, a Mesa aceita a convocação de Vossa Excelência, feita pelo Plenário, mas aconselha a Vossa Excelência a fazer por escrito, de acordo com o Regimento Interno, dentro do prazo de 24 horas.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, já foi formulado por escrito, este é quase como que um lembrete.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito.

Requerimento de nº 2255, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2247, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2249 e 2250, de autoria do Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. (As matérias acham-se publicadas no final desta Ata).

Requerimento de nº 2251, de autoria do Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. Requerimentos de nºs 2257 e 2259, de autoria do Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2261, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2263, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, com apoio dos Srs. Deputados, constante do expediente. A Mesa vai enviar como reiteração.

Requerimento de nº 2225, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovidio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Sr. Presidente.

Nós entendemos totalmente desnecessária a proposta formulada pelos Deputados anunciados por Vossa Excelência, tendo em vista que pretende encaminhar através deste requerimento a Sua Excelência o Secretário Especial da Ouvidoria Geral, Dr. Olivir Gabardo, uma cópia de matéria jornalística publicada na Folha de Londrina, senão me falha a memória, acerca de uma festividade, um aniversário ocorrido nas dependências da casa do Governador, na Chácara do Cangüiri. Entendemos primeiro que, e tivemos a oportunidade de manifestar isso através da imprensa, que achamos de um exagero muito grande a forma com que o assunto foi trazido ao conhecimento da população, porque é difícil de se entender que o Governador não possa oferecer ao seu irmão, em sua casa uma recepção pelo seu aniversário.

Eu acho que isto é realmente de entender! E além do mais, difícil de entender, em termos de Parlamento, que nós dêsemos aprovação ao pedido de encaminhar um recorte de jornal a uma Secretaria tendo em vista que o assunto já é do conhecimento daquela Pasta e já foi discutido em diversas esferas, não se justificando portanto e se tornando desnecessário, nesse momen-

to, que a Assembléia Legislativa venha praticar um ato que no nosso entender já consideramos superado. Por esta razão votaremos contra este pedido formulado pelos Deputados anunciados por Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. Rejeitado.

Requerimento de nº 2260, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados, há alguns dias atrás, há algumas semanas, o Paraná e o Brasil ficaram boquiabertos com as denúncias promovidas mais uma vez pelo Governador Roberto Requião.

Passou-se algum tempo desde o episódio, e como nenhum Parlamentar se manifestou em convocar o Senhor Governador do Paraná, em convocar o Senhor Max Rosenmann, detentores de Poder Público, e o Senhor Tony Garcia, empresário, a virem até este Plenário, a Casa mais legítima como representação do povo do Paraná, achei salutar pedir junto à Mesa, com anuência do Plenário, a presença do Senhor Governador Roberto Requião, acusador, e dos acusados Tony Garcia e o Deputado Federal Max Rosenmann.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Parlamentar brasileiro já anda por demais ofendido e porque não dizer achincalhado por todos os cantos.

E nós sabemos que o Governador Roberto Requião não nutre muita simpatia pelo Poder Legislativo, prova é a época em que foi Prefeito de Curitiba, a Câmara Municipal foi praticamente desmoralizada quando então Prefeito naquela ocasião; e agora com a denúncia do Governador acusando o Deputado Federal Max Rosenmann, Parlamentar em Brasília, de intermediador em verbas federais, mais uma vez o Poder Legislativo se acha ofendido.

E como Deputado Estadual achei por bem, com anuência é lógico dos demais Parlamentares, convocar o Senhor Roberto Requião, o Sr. Max Rosenmann, Deputado Federal, e empresário Tony Garcia, para aqui neste Plenário falarem para o povo do Paraná, e cada um colocar o seu ponto de vista para que nós possamos de fato, cara a cara, descobrir com quem está a verdade.

Porque pelos fatos veiculados em jornais, eu senti que o Governador Roberto Requião fugiu da parada quando houve reação por parte do Senhor Tony Garcia, ficou até brabo segundo a imprensa, quando indagaram dele a respeito da colocação do Senhor Tony Garcia.

Como a denúncia é grave e como não houve a oportunidade de uma checagem frente a frente com os acusados e com o acusador, eu acho que o Plenário da Assembleia seria o mais conveniente do Brasil para colocarmos em pratos limpos aquilo que o Governador Roberto Requião propalou a todos os cantos do Brasil.

Eu solicito a compreensão e o apoio de todos os Deputados para que o Senhor Governador seja convocado nessa Assembleia para que nós perante o Paraná e o Brasil demonstremos que queremos seriedade, e quando alguém se levantar para denunciar, que se prove.

Nós não podemos ser ridicularizados perante a classe brasileira, e o Governador Requião colocou muito mal, porque até agora não provou nada e ele é que fica como grande herói da história.

Então, eu acho salutar Senhor Presidente que nós aproveemos este Requerimento, convocando o Governador Roberto Requião, convocando o Deputado Federal Max Rosenmann e convocando o Sr. Tony Garcia, porque ele não é detetor de nenhum cargo público, a virem neste Plenário esclarecer para o Paraná, esclarecer para o Brasil e nós, acima de tudo, descobramos quem é o vilão e quem é o herói da história.

Eu peço o apoio de todos.

Muito Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, esta questão relatada pelo Deputado Mário Bezerra, a imprensa tem feito chegar a nós informações, e é do conhecimento de todos nós, que é um assunto que está sendo tratado com amplo vigor pelo Congresso Nacional através da CPI específica que trata desses assuntos.

O próprio Governador Roberto Requião irá prestar esclarecimentos quando convocada pelas autoridades competentes.

Mas nós não poderemos Senhor Presidente, sobre hipótese alguma, dar aprovação a este Requerimento, porque o mesmo é completamente desprovido de amparo constitucional porque:

I - fere o princípio da harmonia e interdependência dos poderes (art. 7º da Carta Estadual), mandamento esse que, sem qualquer dúvida, constitui-se numa das vigas mestras do sistema democrático;

II - não encontra sustentação no art. 54, da Constituição Estadual, onde está arrolada a competência privativa da Assembleia Legislativa do Estado. Lá, no inciso XXXIV, está contido preceito que possibilita a convocação de "Secretários de Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado..."

É óbvio que se ali não constam poderes para convocação do Governador, não há

qualquer dúvida de que ele jamais poderá ser convocado.

No texto da Carta Constitucional não sobram e nem faltam palavras. Ela impera nas exatas dimensões daquilo que diz e não há exagero em repetir o fato de que não cita, nenhum dispositivo que permita à A.L.E. convocar o Governador do Estado.

Portanto, não permite essa convocação por total e inequívoca falta de respaldo constitucional. Essa assertiva confirma-se no próprio texto do requerimento, completamente silente neste sentido.

Se respaldo houvesse necessariamente teria constado no citado requerimento de convocação.

Reafirmando o entendimento de que o Governador do Estado, como autoridade constituída e Chefe do Poder Executivo, merece, nesse sentido, tratamento e condições especiais, vale citar, à guisa de exemplo, que na esfera judicial, segundo preceitos contidos no art. 411, inciso VII e parágrafo único, do Código de Processo Civil Brasileiro, o Presidente e Vice-Presidente da República, os Governadores e as outras autoridades que menciona, têm assegurada a faculdade de, quando ouvidos em juízo, poderem escolher o dia e hora e, como local, a residência ou a repartição onde exercem suas funções.

Assim sendo, o requerimento em questão, por ser totalmente ilegal, injurídico e sem nenhum amparo constitucional, não poderá de forma alguma a ser aceito e aprovado, sob pena deste Plenário tomar decisão que venha ferir frontalmente a Magna Carta do Estado.

Por essas razões conclamamos aos Senhores Deputados que rejeitemos o requerimento de autoria do Deputado Mário Bezerra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. Rejeitado.

Requerimento de nº 2265, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Deferido.

Requerimento de nº 2256, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Deferido, se estiver em condições regimentais para incluir na Ordem do Dia.

Requerimento de nº 2238, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior. - Arquivado por ter perdido a sua oportunidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 359, 360, 362 a 364 e 377/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 303/91 e do Projeto de Resolução n.º 45/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1991.

O Paraná ainda espera a vez

A imprensa estadual focalizou em dias passados os valores atribuídos aos Estados no Orçamento Geral da União. E o que se viu? Mais uma vez fomos passados para trás. Os valores destinados ao Paraná são ridículos se compararmos com a contribuição que damos ao Brasil.

Apenas para melhor entendimento destacamos dois números:

Paraná (para todo o Estado): 24 bilhões de cruzeiros.

Salvador (Prefeitura Municipal): 31 bilhões de cruzeiros.

De pouco adianta agir corretamente, se governantes reconhecidos como exemplos de administradores, pagar em dia os compromissos assumidos, quando autoridades públicas de outros Estados são premiadas com rolagem de dívidas e outras benesses, inclusive com aplicação maciça de verbas para projetos faraônicos!

Por que estas coisas acontecem? Cabe aqui uma reflexão, uma volta ao passado.

O Paraná deu e tem dado excelentes ministros ao Brasil. Todos, indistintamente, honraram sua investidura. Ao assumir levavam alguns contrerrâneos para os escalões primeiros do Ministério e ao encerrar sua participação voltavam todos.

Não havia preocupação de colocar paranaenses nos escalões intermediários, até porque, por formação e cultura próprias, os que aqui vivem não gostam de sair do nosso Estado. Os poucos que lá ainda estão não se sentem muito estimulados, pois quase nunca são procurados, e os que o são, servem apenas determinado governo e nas mudanças são esquecidos.

Tenho dito e repetido: o Paraná deve estar acima dos interesses partidários.

Nossas causas devem ser firmemente defendidas. Mas para que isto aconteça se torna necessário que metas sejam definidas. Definir claramente o que queremos. Buscar apoio em todos os segmentos que possam ajudar, desde trabalhadores até empresários, pois o progresso irá beneficiar a todos. Os parlamentares têm missões es-

pecíficas no Congresso, mas devem ser municiados com elementos que lhes permitam conhecer, debater e lutar pelas causas paranaenses.

Temos, entretanto, que nos desvencilhar da famosa "timidez" - quem sabe seja orgulho de não pedir -, e não ficar esperando que reconheçam o nosso direito pelo muito que damos ao Brasil. São vários os exemplos de pleitos que o Paraná não vê atendidos. O mais recente é a ausência do Estado nos Tribunais Superiores do País, apesar de uma certa pressão sazonal e que não se completa.

A bancada do Paraná no Congresso Nacional esteve com o Presidente Fernando Collor, levando este pleito de mais de cinquenta anos. Segundo as notícias, houve a promessa. O que se viu, porém, foi a nomeação de candidatos de outros Estados para as duas vagas existentes.

É necessário que se forme uma corrente contínua e permanente junto ao governo federal, em todos os escalões, na defesa de nossos legítimos interesses, que em última análise servirão também ao País.

A nossa experiência de dez anos trabalhando em Brasília, nos permite fazer os comentários acima. Durante o tempo que lá estivemos, procuramos alertar autoridades do Estado para que estimulassem o surgimento de pessoas interessadas em defender o Paraná lá fora. Era um investimento de médio e longo prazos. Muito pouco se conseguiu. Houve casos de pessoas que lá estavam, e alguns que ainda estão, que ficaram "congelados" em suas promoções nos seus órgãos de origem.

Nós temos que entender que se somos esquecidos a culpa é exclusivamente nossa. Nunca tivemos "lobby" permanente. Os trabalhos sempre giraram em torno do governante do momento e de seus planos imediatos. O Paraná deve ser um estado de espírito e não uma tarefa isolada de quem está no poder.

A responsabilidade é de todos nós. Fazemos uma "mea culpa" e em muitos casos vamos verificar que os outros foram mais "competentes" que nós.

Quem sabe ainda seja tempo de nos redirmos de nossa omissão.

O Paraná ainda espera a vez.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 09 DE SETEMBRO DE 1991.

"A Égide e o Emendão"

Alegando a necessidade da viabilização do programa de saneamento financeiro dos Estados, no caso a rolagem por 20 anos da dívida de US\$ 57 bilhões, o presidente

Fernando Collor apresentou aos secretários Estaduais de Fazenda e Planejamento reunidos em Brasília uma proposta de ampla revisão constitucional, além de um rígido figurino de redução de despesas por parte dos Estados.

O documento em questão, batizado de "emenda", atinge a aposentadoria por tempo de serviço, suspende a estabilidade dos servidores públicos, reduz as despesas com o pagamento de pessoal, acaba com a gratuidade do ensino superior, eleva a carga tributária e desobriga o governo a reajustar os salários dos servidores civis e militares na mesma época.

Recentemente o presidente Fernando Collor atritou com o chefe da missão do Fundo Monetário Internacional e afirmou ao mesmo que não alteraria a Constituição Brasileira para atender aos credores, o que não cumpriu, considerando que para obter um novo empréstimo de US\$ 3 bilhões está atendendo as exigências daquele organismo internacional, apenando mais ainda a sofrida sociedade brasileira.

Além das pressões do FMI o presidente Fernando Collor está recebendo outras das forças armadas, cujos ministros exigem melhores soldos e uma fatia maior do orçamento da nação para investimentos bélicos, o que obrigou o mandatário da Nação a incluir no "Emenda" a proposta que desobriga o reajuste dos salários dos servidores civis e militares na mesma data, já que o tesouro nacional não comporta a concessão do "quantum" exigido sem que seja necessário sacrificar os civis.

A iniciativa do presidente Fernando Collor foi veementemente criticada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que em nota publicada disse à Nação que o "Emenda" dilacera a Constituição brasileira, transformando-a em instrumento consagrador do arbítrio, do autoritarismo e do descomprometimento do País com seus deveres.

Da mesma forma, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Luiz José Guimarães Falcão, ficou "pasmado" com um dos artigos do "emenda", no caso a nova redação para o artigo 144 da Constituição, que acaba com a Justiça do Trabalho no País e transforma as 737 juntas conciliatórias, os 19 tribunais regionais e o TST em órgãos meramente consultivos, sem poder decisório nas lides que envolvem patões e empregados.

O autoritarismo do presidente Fernando Collor e a incompetência daqueles que elaboraram o "Emenda" desconhecaram o artigo 60 da Constituição Federal, que diz que não será objeto de deliberação a emenda tendente a abolir os direitos e garantias, individuais, bem como o artigo 5º, que trata dos direitos individuais e coletivos,

que estabelece, no inciso XXXVI que a lei não prejudicará o direito adquirido, caso específico da estabilidade do servidor público, irredutibilidade de vencimentos e condições de aposentadoria.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de hum mil, novecentos e noventa e hum, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sob a Presidência do Deputado Alceu Swarowski, e mais a presença dos seguintes Deputados: Heinz Georg Herwig, Mário Bezerra e Basílio Zanusso. Havendo número legal o Presidente declarou abertos os trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei n. 232/91, de autoria do Deputado Eurides Moura, que cria o Corpo da Guarda Escolar. (Segurança das Escolas Estaduais). Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL, APROVADO; Projeto de Lei n. 159/91, de autoria do Deputado João Iensen, concede reajuste de 158% ao Pessoal das Fundações Estaduais de Ensino Superior do Paraná. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer CONTRÁRIO, REJEITADO; Projeto de Lei n. 283/91, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, dispõe sobre o atendimento prioritário, preferencial e especial das pessoas que especifica, em agências de postos bancários, estabelecimentos financeiros e similares, dando outras providências. Relator Deputado Basílio Zanusso, parecer FAVORÁVEL, APROVADO. Nada mais havendo a tratar o presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente, Deputados presentes à reunião e por Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) ALCEU SWAROWSKI
Presidente
ALAN MARCOS ANDRADE
Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 12ª LEGISLATURA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de setembro de hum mil novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Toti Colaço. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 158/91, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL -

APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 163/91, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 294/91, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, Relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 321/91, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 323/91, de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 331/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 59/91, Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 332/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 60/91, Relator Deputado

Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 333/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 61/91, Relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei n° 342/91, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, Relator Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO

Secretário